



Rel. Ver. Alem Stefani
Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 01/2021, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.

Autoriza ao Poder Executivo a celebrar Termo de Fomento com a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ** e dá outras providências.

ULISSES CECCHIN, Prefeito Municipal de Ibiacá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei Orgânica do Município,

Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que enviou para a apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.324.265/0001-51, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 545, nesta cidade de Ibiacá.

Parágrafo único. O Termo de que trata este artigo tem por objetivo auxiliar nos serviços prestados pelo Hospital - Fundação ao Município de Ibiacá e a população Ibiacaense, visando à prestação de atendimentos médicos em urgência e emergência, procedimentos de urgência e emergência, atendimentos ambulatoriais de maior complexidade, para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, para procedimentos ambulatoriais, e anestésicos, exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais; para atendimento de pacientes nas observações e cedência de salas para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente.

Art. 2º O valor do repasse é de até R\$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais), mensais, a ser repassado em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de janeiro em curso.

Art. 3º O Termo de Fomento a ser firmado entre o Município e a Fundação, será enviado à Câmara Municipal quando de sua assinatura.

Art. 4º As disposições desta Lei ficam inclusas no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes neste exercício.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIACÁ
10 DE JANEIRO DE 2022


ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

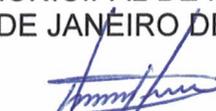
Senhores Vereadores,

Cumpre-me encaminhar para a apreciação dessa Colenda Casa, o Projeto de Lei em apenso, que solicita autorização legislativa, a fim de que o Poder Executivo possa firmar Termo de Fomento com FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ e dá outras providências.

O Município mantém convênio com a FUNDAÇÃO - Hospital para os atendimentos na área de saúde, com a nova legislação aplicável a esta situação – Lei Federal nº 13019, se torna necessário a aprovação de lei, nos termos do Plano de Trabalho em anexo.

Assim, passo às mãos de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, permitindo-me solicitar sua tramitação em regime de urgência e esperando que pelas razões que ensejaram seu encaminhamento, receba dessa Colenda Casa Legislativa a unânime aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIACÁ
10 DE JANEIRO DE 2022


ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº /2022

Termo de Fomento firmado entre o Município de Ibiacá e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ, que tem por objetivo o auxílio nos serviços prestados pela Fundação – Hospital ao Município de Ibiacá e à população ibiacaense.

O **MUNICÍPIO DE IBIACÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o n.º 87.613.592/0001-03, com sede administrativa na Rua do Interventor, n.º510, nesta cidade de Ibiacá-RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. ULISSES CECCHIN**, brasileiro, casado, portador do CPF nº ----- e RG nº -----, residente e domiciliado nesta cidade de Ibiacá RS, de ora em diante denominado simplesmente de **Administração Pública**, e, de outro lado, a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 545, inscrita no CNPJ nº 95.324.265/0001-51 e CGTE sobre o nº 1950000378, neste ato representado por sua presidente **Sra. FRANCIELI MACHADO FAVARETTO**, brasileira, inscrita no CPF nº -----, RG nº -----, **doravante identificada como FUNDAÇÃO**, com fundamento na Lei Municipal 1370/2017, Lei Federal nº 13.019/2014 e na Lei Municipal -----/2022, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, tem por objeto a prestação de atendimentos médicos em urgência e emergência, procedimentos de urgência e emergência, atendimentos ambulatoriais de maior complexidade, para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, para procedimentos ambulatoriais e anestésicos, exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais; para o atendimento de pacientes nas observações e cedência de salas para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, nos termos previstos nas cláusulas constantes deste instrumento.

1.2 - Para a realização dos serviços de atendimento de que trata a cláusula anterior, a FUNDAÇÃO destinará 08 (oito) salas, sendo 01 (uma) para ambulatório visando dotar de condições plenas para realização do plantão de 07 (sete) salas para realização de exames e instalação da Secretaria Municipal da Saúde e do Meio Ambiente.

2 - DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1 - A título de contraprestação pelos serviços prestados pela FUNDAÇÃO o MUNICÍPIO repassará mensalmente o valor de R\$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais), distribuídos da seguinte forma:

2.1.1 - R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) destinados ao pagamento do atendimento médico de urgência e emergência (plantão) e/ou procedimentos de urgência e emergência.



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

2.1.2 - Até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial.

2.1.3 - Até 3.000,00 (três mil reais) exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma, entre outros.

2.1.4 - Até 40.000,00 (quarenta mil reais) para atendimento de pacientes no hospital da Fundação;

2.1.5 - Até 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para exames laboratoriais.

2.1.6 - Até 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) pela cedência de oito salas para realização de exames e funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente, bem como, limpeza e conservação e desinfecção das salas utilizadas para realização e atendimento de plantão médico e também garagem para seis veículos;

2.1.7 - Até 5.000,00 (cinco mil reais) para custear despesas de água, luz, desinfecção de salas cedidas no município;

2.2 - O repasse será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente, após receber da FUNDAÇÃO a prestação de contas nos moldes do Decreto Municipal 1836/2017 e um relatório detalhado sobre os atendimentos efetuados e cópia de fichas de atendimento, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- I – nome do paciente;
- II – data e hora do atendimento;
- III – diagnóstico;
- IV – tratamento indicados;
- V – intervenções realizadas, se for o caso;
- VI – internação.

2.3 - Para o exercício financeiro do ano de 2022 fica estimado o repasse do valor acima estabelecido, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária: 05.01.3350.41.00.00.00 - 2057 - Manutenção das Contribuições da Saúde – da respectiva lei-de-meios.

2.4 - Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.5 - Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos a FUNDAÇÃO de acordo com o Plano de Trabalho, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da FUNDAÇÃO pelo perfeito cumprimento das obrigações



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente a FUNDAÇÃO qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a FUNDAÇÃO para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a FUNDAÇÃO, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços a FUNDAÇÃO;

VIII - Appreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até noventa dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

3.2 - Compete a FUNDAÇÃO:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal 1370/2017 e Decreto Municipal 1836/2017, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo Fomento;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XIII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a FUNDAÇÃO poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com:



a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

4.3 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

4.5 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

5 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1 - A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos¹:

a) mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;

b) A prestação de contas final, ao final, dos recursos recebidos;

5.2 - A prestação de contas parcial e final deverá ser realizada de acordo com o que reza o Decreto Municipal nº 1836, de 12 de Maio de 2017.



6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura compreendendo o ano de 2022, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto, indicando valores de reajuste, se houver.

6.2 - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa o atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

7 - DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8 - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

8.1 - A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

8.1.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, regendo sua fiscalização/gestão a Secretária Municipal de Saúde e Meio Ambiente, -----.

9 - DA RESCISÃO

9.1 - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

9.2 - A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

10 - DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

10.1 - O foro da Comarca de Sananduva é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.



Prefeitura Municipal de Ibiacá

Estado do Rio Grande do Sul

10.2 - Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Ibiacá RS, ___ DE _____ DE 2022.

MUNICÍPIO DE IBIACÁ
ULISSES CECCHIN - Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIACÁ-RS
FRANCIELI MACHADO FAVARETTO - Presidente

Testemunhas:

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS:		
NOME DA INSTITUIÇÃO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IBIAÇÁ		CNPJ: 95.324.265/0001-51
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO		(x) Sem Fins Lucrativos () Cooperativa () Religiosa
ENDEREÇO: Rua Marechal Castelo Branco, 545, Centro		
BAIRRO: Centro	CIDADE: IBIAÇÁ	U.F. RS
E-MAIL: hospital@gmail.com	TELEFONE: (54)3374-1277	
CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA: 8686-0	BANCO: 748	AGÊNCIA: 0268
NOME DO RESPONSÁVEL: FRANCIELI MACHADO FAVARETTO		CPF: 00058470018
PERÍODO DE MANDATO: 01.01.2020 A 31.12.2024	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 8086863671	CARGO: PRESIDENTE
ENDEREÇO: RUA MAL. CASTELO BRANCO, 186 - CENTRO		CEP: 99940-000

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO:	
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA: a finalidade da presente parceria é a prestação de atendimentos médicos em urgência e emergência, procedimentos de urgência e emergência, atendimentos ambulatoriais de maior complexidade, para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, para procedimentos ambulatoriais e anestésicos, exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais, para o atendimento de pacientes nas observações e cedência de salas para funcionamento de Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, nos termos previstos nas cláusulas constantes deste instrumento.	PRAZO DE EXECUÇÃO INÍCIO E FIM: 01/01/2022 à 31/12/2022 , podendo ser prorrogado dependendo do interesse de ambas as partes, pelo prazo máximo de 60 meses , conforme legislação.
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: Poder prestar com qualidade os serviços acima identificados para a cobertura das necessidades dos munícipes Ibiaçaenses, sendo esta relação considerada de interesse público em regime de mútua cooperação, ou seja, a Administração Pública Municipal investe o valor mensal na Fundação Hospitalar, enquanto essa, dotada de eficiência, responsabilidade e excelência atende a população, prestando os serviços acima amoldados. Dito isso, tendo em vista a Mútua Cooperação do proponente, requer, seja celebrada Parceria Voluntária entre as partes.	

3 - PLANO DE APLICAÇÃO
3.1 - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS Auxílio financeiro a ser repassado a Fundação Hospitalar no valor de R\$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais) mensais.
4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

4.1 – GERAIS

Prestação de Atendimento médico e hospitalar para a população Ibiçaense.

4.2 – ESPECÍFICOS

- a) R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) mensais, destinados ao pagamento do atendimento médico de urgência e emergência (plantão) e/ou procedimentos de urgência e emergência.
- b) Até 5.000,00 (cinco mil reais) para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial.
- c) Até R\$ 3.000,00 (três mil reais) exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma, entre outros;
- d) Até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para atendimento de pacientes no hospital;
- e) Até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para exames laboratoriais;
- f) Até R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais) pela cedência de oito salas para a realização de exames e funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente, bem como, limpeza e conservação e desinfecção das salas utilizadas para realização e atendimento de plantão médico e também garagem para seis veículos.
- g) Até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custear despesas de água, luz, desinfecção de salas cedidas no município.

5 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS: a finalidade da presente parceria é a prestação de atendimentos médicos em urgência e emergência, procedimentos de urgência e emergência, atendimentos ambulatoriais de maior complexidade, para cobrir despesas de material hospitalar em decorrência do atendimento médico e ambulatorial, para procedimentos ambulatoriais e anestésicos, exames de endoscopia, colonoscopia, ecografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais, para o atendimento de pacientes nas observações e cedência de salas para funcionamento de Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, nos termos previstos nas cláusulas constantes deste instrumento.

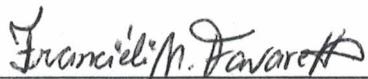
5.2 - RESULTADOS ESPERADOS: **Propiciar o atendimento médico, hospitalar e ambulatorial da população Ibiçaense.**

8 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Ibiçá-RS, 07.01.2022.



Francieli M. Favaretto
Presidente da Fundação Hospitalar de Ibiçá-RS